

PRÁTICAS E DESAFIOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS URBANOS

ALINE GUERRA
UNIHorizontes

MARINA DE ALMEIDA CRUZ
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHorizontes - MG

BRUNO MEDEIROS ÁSSIMOS
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHorizontes

Agradecimento à orgão de fomento:

Os autores agradecem à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio do Projeto Trilhas de Futuro Educadores, pelo apoio para a realização da pesquisa.

PRÁTICAS E DESAFIOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS URBANOS

1. Introdução

Nas últimas décadas, a Economia Compartilhada tem se consolidado como uma tendência socioeconômica emergente em resposta aos desafios contemporâneos relacionados ao consumo excessivo, à degradação ambiental e à ineficiência na utilização de recursos. Esse modelo se caracteriza pelo compartilhamento, troca ou aluguel temporário de bens, espaços e serviços, frequentemente mediados por plataformas digitais, com vistas à ampliação do acesso, à redução de custos e à promoção de práticas sustentáveis (Botsman & Rogers, 2010; Belk, 2014). Inserida no contexto da urbanização acelerada e da concentração populacional em centros urbanos, a Economia Compartilhada ganha contornos específicos nos ambientes residenciais, particularmente nos condomínios fechados, onde as práticas colaborativas podem ser potencializadas pela proximidade espacial e pelas estruturas comuns disponíveis (Gansky, 2010; Schor, 2014).

Os condomínios urbanos, especialmente os de caráter multifamiliar, apresentam-se como espaços propícios à implementação de iniciativas de compartilhamento, tais como o uso coletivo de áreas comuns, o compartilhamento de ferramentas, serviços e até mesmo de veículos. Tais práticas não apenas promovem maior eficiência no uso dos recursos disponíveis, como também fortalecem vínculos comunitários e fomentam uma cultura de colaboração e corresponsabilidade entre os moradores (Bardhi & Eckhardt, 2012; Frenken & Schor, 2017). Apesar do crescimento do interesse acadêmico pela Economia Compartilhada em diversos setores nos últimos anos, ainda são escassos os estudos que se dedicam à análise sistemática de sua aplicação em condomínios urbanos fechados, o que configura uma lacuna relevante na literatura nacional e internacional (Viana & Cunha, 2024).

A Economia Compartilhada, também denominada *sharing economy*, constitui um modelo socioeconômico baseado na partilha de bens e serviços, com ou sem fins lucrativos, mediada ou não por plataformas digitais, caracterizando-se pela utilização temporária de ativos subutilizados, promovendo acesso em detrimento da posse. Segundo Botsman e Rogers (2010), trata-se de um sistema de redistribuição que permite a circulação de recursos ociosos entre indivíduos, por meio de redes *peer-to-peer*, e que pode assumir formatos diversos – desde trocas diretas até o uso de plataformas de intermediação tecnológica. Para esses autores, a Economia Compartilhada representa uma transformação nos modos de produção e consumo, ao resgatar práticas ancestrais de cooperação, agora potencializadas pelas tecnologias da informação.

Belk (2014), por sua vez, contribui com uma perspectiva mais ampla ao distinguir o *sharing* (compartilhamento genuíno, não comercial) do *pseudo-sharing* (compartilhamento com fins lucrativos), enfatizando os aspectos culturais, simbólicos e sociais envolvidos nos atos de compartilhar. O autor considera que o compartilhamento é uma forma fundamental de interação humana, que desafia as fronteiras do individualismo, promovendo uma lógica de acesso e uso coletivo de bens. A seu ver, práticas como a coabitação de espaços, o empréstimo de ferramentas e a organização comunitária de serviços refletem formas legítimas de compartilhamento, mesmo quando intermediadas por plataformas digitais.

O conceito de Consumo Colaborativo, frequentemente apresentado como um subconjunto da Economia Compartilhada, refere-se especificamente à prática de compartilhamento, troca, aluguel ou doação de produtos e serviços entre pares (peer-to-peer), como alternativa à aquisição individual (Botsman & Rogers, 2011). Esta modalidade de consumo valoriza a confiança entre usuários, a reputação digital e a utilização eficiente de recursos, e tem como premissas a sustentabilidade, o uso racional de bens e a redução do desperdício. Belk (2014) define o Consumo Colaborativo como uma modalidade de consumo orientada por redes de reciprocidade e experiências de uso, que desloca o foco da propriedade para o acesso.

Diante desse panorama, este artigo tem por objetivo mapear, caracterizar e analisar as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo já existentes em condomínios residenciais fechados, bem como identificar as principais motivações que impulsionam sua adoção e os desafios enfrentados em sua implementação. Nesse sentido, buscou-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: **quais práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo estão presentes em condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)?** Ao lançar luz sobre essas práticas, espera-se contribuir para a ampliação do debate sobre inovação social e sustentabilidade em contextos urbanos e subsidiar futuras iniciativas voltadas à disseminação de modelos colaborativos de organização e consumo em ambientes residenciais.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo: conceitos, inter-relações e aplicabilidade em condomínios urbanos

A literatura sobre Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo, especialmente a partir das contribuições de Belk (2014; 2016; 2023) e Botsman & Rogers (2010; 2011), evidencia um novo paradigma de consumo baseado no acesso, na colaboração e na sustentabilidade, em oposição à posse individual e permanente. Belk destaca que o compartilhamento pressupõe a existência de propriedade, seja de bens tangíveis ou intangíveis, e envolve práticas que dissolvem fronteiras interpessoais, promovendo o uso coletivo e temporário dos recursos. Já Botsman & Rogers enfatizam o acesso compartilhado, sintetizado pela ideia de “o que é meu, é seu”, e defendem que a Economia Compartilhada se fundamenta na transição do modelo de posse para o de acesso, equilibrando necessidades individuais e coletivas.

A Economia Compartilhada, também denominada *sharing economy*, constitui um modelo socioeconômico baseado na partilha de bens e serviços, com ou sem fins lucrativos, mediada ou não por plataformas digitais, caracterizando-se pela utilização temporária de ativos subutilizados, promovendo acesso em detrimento da posse. Segundo Botsman e Rogers (2010), trata-se de um sistema de redistribuição que permite a circulação de recursos ociosos entre indivíduos, por meio de redes *peer-to-peer* (entre pares), e que pode assumir formatos diversos – desde trocas diretas até o uso de plataformas de intermediação tecnológica. Para esses autores, a Economia Compartilhada representa uma transformação nos modos de produção e consumo, ao resgatar práticas ancestrais de cooperação, agora potencializadas pelas tecnologias da informação.

Belk (2014), por sua vez, contribui com uma perspectiva mais ampla ao distinguir o *sharing* (compartilhamento genuíno, não comercial) do *pseudo-sharing* (compartilhamento com fins lucrativos), enfatizando os aspectos culturais, simbólicos e sociais envolvidos nos atos de

compartilhar. O autor considera que o compartilhamento é uma forma fundamental de interação humana, que desafia as fronteiras do individualismo, promovendo uma lógica de acesso e uso coletivo de bens. A seu ver, práticas como a coabitação de espaços, o empréstimo de ferramentas e a organização comunitária de serviços refletem formas legítimas de compartilhamento, mesmo quando intermediadas por plataformas digitais.

O conceito de Consumo Colaborativo, frequentemente apresentado como um subconjunto da Economia Compartilhada, refere-se especificamente à prática de compartilhamento, troca, aluguel ou doação de produtos e serviços entre pares (peer-to-peer), como alternativa à aquisição individual (Botsman & Rogers, 2011). Esta modalidade de consumo valoriza a confiança entre usuários, a reputação digital e a utilização eficiente de recursos, e tem como premissas a sustentabilidade, o uso racional de bens e a redução do desperdício. Belk (2014) define o Consumo Colaborativo como uma modalidade de consumo orientada por redes de reciprocidade e experiências de uso, que desloca o foco da propriedade para o acesso.

Na literatura contemporânea, observa-se uma diversidade terminológica entre os conceitos de Economia Compartilhada, Economia Colaborativa e Consumo Colaborativo, sem um consenso consolidado. Enquanto a Economia Compartilhada é muitas vezes associada à mediação por plataformas digitais e à monetização parcial dos ativos subutilizados, a Economia Colaborativa tende a enfatizar a co-produção, a gestão coletiva e o engajamento comunitário, com foco em redes de cooperação mais horizontais e, por vezes, não monetárias (Schor, 2016; Patiño, 2017; Fitzmaurice et al., 2020). Autores como Schlagwein et al. (2020) e Kumar et al. (2018) reforçam que a Economia Compartilhada deve ser compreendida como um modelo organizacional sustentado por plataformas digitais, em que os indivíduos compartilham bens e serviços subutilizados, sem necessariamente transferir a propriedade. Já a Economia Colaborativa, ainda que sobreposta em alguns pontos, abrangeria iniciativas mais amplas, como bancos de tempo, moedas sociais, e modelos de governança cooperativa.

Nesse sentido, compreende-se que o Consumo Colaborativo é uma expressão mais centrada na esfera das práticas cotidianas de acesso e uso de bens – geralmente intermediadas por confiança mútua ou tecnologia – enquanto a Economia Compartilhada se refere ao modelo sistêmico e econômico que viabiliza tais práticas, sobretudo por meio de inovação digital.

O papel central das tecnologias digitais na viabilização da Economia Compartilhada contemporânea é inegável. Para Belk, plataformas digitais facilitam e gerenciam o compartilhamento de recursos, tornando a gestão mais eficiente e transparente. Botsman & Rogers também ressaltam que o Consumo Colaborativo é mediado por plataformas digitais, que conectam pares e viabilizam transações sem intermediários tradicionais. Assim, a digitalização é vista como elemento indispensável para o funcionamento e expansão desse novo modelo econômico. As tecnologias digitais, especialmente as plataformas em rede, desempenham papel central na consolidação da Economia Compartilhada, ao facilitar a mediação entre oferta e demanda de forma escalável, segura e eficiente. Aplicativos móveis, sistemas de geolocalização, reputação online e interfaces intuitivas tornam possível a gestão de ativos compartilhados, desde vagas de garagem até equipamentos domésticos, fortalecendo a confiança entre os participantes e reduzindo custos transacionais (Sundararajan, 2016; Gansky, 2010).

As formas de transação e as relações sociais também são pontos de convergência entre os autores. Belk aborda diversas formas de compartilhamento, troca e aluguel, com ênfase no fortalecimento do senso de comunidade e das relações colaborativas. Botsman & Rogers

acrescentam que o Consumo Colaborativo cria redes de confiança entre indivíduos, mesmo que não se conheçam previamente, promovendo colaboração e interação comunitária. Ambos rejeitam relações estritamente comerciais e transacionais, defendendo a construção de capital social e a promoção de benefícios coletivos.

No que diz respeito à sustentabilidade, tanto Belk quanto Botsman & Rogers associam a Economia Compartilhada à promoção de práticas de consumo mais sustentáveis, à redução do desperdício e à otimização de recursos. Eles ressaltam que a Economia Compartilhada incentiva o uso eficiente de ativos, reduz a necessidade de produção excessiva e amplia o acesso a recursos, promovendo benefícios econômicos, ambientais e sociais para indivíduos e comunidades. O escopo dos bens e serviços compartilhados é amplo, abrangendo ferramentas, veículos, espaços de convivência, recursos educacionais, transporte, hospedagem e serviços profissionais, todos mediados por tecnologias digitais.

Por outro lado, a Economia Compartilhada não inclui modelos baseados na posse permanente e individualizada, transações comerciais tradicionais sem suporte digital, relações estritamente comerciais, modelos de consumo intensivo de recursos naturais, benefícios exclusivamente individuais e bens que exigem posse exclusiva. Ainda, a literatura aponta desafios como precarização do trabalho, desigualdades de acesso, questões regulatórias e riscos de exploração, sendo necessária a implementação de políticas públicas e regulamentação para garantir sua sustentabilidade social e ambiental.

Esses conceitos ganham especial relevância quando inseridos no contexto dos condomínios urbanos, particularmente os de caráter multifamiliar, que concentram um número significativo de pessoas em um espaço delimitado, compartilhando infraestrutura e serviços. Tais ambientes apresentam características estruturais e sociais que favorecem a adoção de práticas colaborativas, tais como o compartilhamento de veículos, o uso comum de espaços como lavanderias, salas de coworking, bibliotecas e hortas comunitárias. De acordo com Botsman e Rogers (2010), a viabilidade dessas práticas está diretamente relacionada à existência de comunidades confiáveis, à mediação tecnológica e ao reconhecimento do valor da cooperação. Nos condomínios, esses fatores estão potencializados pela proximidade física, pela convivência prolongada entre os moradores e pela existência de normas de convivência que regulam o uso de bens e espaços comuns. Belk (2014) complementa ao destacar que contextos de alta densidade populacional e de relativa homogeneidade socioeconômica, como os condomínios, criam condições ideais para a institucionalização do consumo colaborativo, desde que existam mecanismos de coordenação, confiança e reciprocidade entre os moradores.

Além disso, autores como Reato (2023) e Schmidt (2023) destacam que a aplicação de modelos de Economia Compartilhada em condomínios pode gerar externalidades positivas como a redução do impacto ambiental, a valorização dos imóveis e o fortalecimento do capital social, especialmente quando articuladas a tecnologias de gestão e monitoramento de recursos compartilhados. Assim, o estudo da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo em condomínios urbanos permite compreender como essas práticas se articulam a dinâmicas espaciais, tecnológicas e culturais específicas. Ao investigar tais práticas nesses espaços residenciais, torna-se possível identificar fatores facilitadores e obstáculos à sua implementação, contribuindo para o desenvolvimento de modelos sustentáveis e inovadores de organização comunitária.

Por fim, exemplos práticos como Uber, *Airbnb*, *Freecycle*, *coworking*, aluguel de roupas, caronas solidárias e compartilhamento de energia renovável ilustram a diversidade e o potencial

disruptivo desses modelos. A Economia Compartilhada, portanto, representa uma transformação significativa nas relações de consumo, centrada no acesso, na colaboração, na sustentabilidade e no uso intensivo de tecnologias digitais, desafiando os modelos tradicionais de propriedade e promovendo benefícios tanto coletivos quanto individuais.

3. Metodologia

Esta pesquisa teve como foco principal mapear, caracterizar e analisar as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte, teve abordagem qualitativa exploratória, com ênfase na identificação das motivações, desafios e o papel da tecnologia como facilitadora dessas práticas. A metodologia baseou-se em entrevistas individuais com moradores, síndicos e administradores, utilizando a técnica de Análise de Conteúdo para organizar e interpretar os dados qualitativos. A análise permitiu identificar padrões e categorias que evidenciam a diversidade e complexidade das práticas colaborativas em ambientes residenciais fechados.

O mapeamento das práticas revelou uma ampla variedade de iniciativas, destacando o compartilhamento de bicicletas, carros elétricos, espaços de lazer e *coworking*, além da troca de bens e serviços por meio de plataformas digitais como grupos de WhatsApp. A tecnologia digital, por meio de aplicativos específicos (como *Bydoor* e *Condomob*), mostrou-se essencial para a organização, gestão e ampliação dessas práticas, facilitando o agendamento, controle de uso e comunicação entre os moradores. Essa infraestrutura tecnológica contribui para a eficiência, transparência e engajamento comunitário, tornando-se um elemento central para o sucesso da Economia Compartilhada nos condomínios.

O roteiro das entrevistas foi estruturado em torno de perguntas que buscavam identificar as práticas já implementadas, as motivações dos moradores, os desafios enfrentados e o papel da tecnologia na organização e gestão dessas iniciativas. O instrumento de pesquisa utilizado está disponível no Apêndice A deste trabalho.

A seleção dos participantes incluiu moradores, síndicos e administradores, garantindo múltiplas perspectivas sobre o fenômeno estudado. Para a coleta dos dados, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, permitindo flexibilidade para aprofundar temas emergentes durante as conversas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra com o auxílio do software de reconhecimento de fala *Clipto AI*, que facilitou a identificação dos falantes e a precisão das transcrições. Ao todo, foram realizadas 15 entrevistas, consideradas suficientes para atingir a saturação dos temas, ou seja, quando novas informações deixaram de surgir.

A análise dos dados seguiu os preceitos da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2006), estruturada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, realizou-se a leitura flutuante das transcrições para familiarização com o conteúdo e definição preliminar de categorias temáticas. Na exploração, os dados foram codificados e categorizados, utilizando códigos *a priori* baseados no Referencial Teórico e objetivos da pesquisa, além de categorias emergentes identificadas durante a análise. O tratamento final envolveu a interpretação e inferência dos resultados, buscando identificar padrões, recorrências e diferenças nas percepções dos entrevistados. A triangulação dos dados entre os diferentes grupos (moradores, síndicos e administradores) foi realizada para aumentar a confiabilidade dos achados.

As categorias principais de análise incluíram: **práticas e características da Economia Compartilhada nos condomínios, tecnologia como facilitadora, motivações para o compartilhamento e desafios enfrentados na implementação dessas práticas.** Essa estrutura permitiu uma compreensão detalhada de como a tecnologia digital, por meio de aplicativos e grupos de mensagens, facilita a organização e o engajamento comunitário, além de evidenciar as barreiras culturais, técnicas e de gestão que impactam a adoção da economia colaborativa em ambientes residenciais fechados. A metodologia adotada proporcionou uma visão abrangente e aprofundada das dinâmicas da Economia Compartilhada nos condomínios estudados, fundamentando as conclusões e recomendações do estudo.

4. Análise dos Resultados

Com base nas entrevistas realizada nos condomínios urbanos estudados e empregando a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2006), foi possível identificar uma variedade de práticas associadas à Economia Compartilhada, classificadas em cinco categorias secundárias: (i) mobilidade, (ii) compartilhamento de espaços, (iii) compartilhamento de bens, (iv) compartilhamento de informações e (v) compartilhamento de serviços.

A Economia Compartilhada refere-se ao uso de plataformas e mecanismos que permitem o compartilhamento de recursos subutilizados (Belk 2014), enquanto o Consumo Colaborativo envolve práticas em que bens e serviços são distribuídos e consumidos de forma colaborativa entre os membros de uma comunidade (Schor, 2010). Entretanto, muitas vezes, esses termos são usados como análogos e, tendo em vista a carência de uma diferenciação clara entre eles, nesta Análise também serão entendidos como similares, levando em conta o alinhamento com Belk (2014), que considera o Consumo Colaborativo um subconjunto da Economia Compartilhada. Porém, nos casos de práticas explícitas de Consumo Colaborativo nas entrevistas, estas serão destacadas ao longo deste capítulo.

Os entrevistados estão distribuídos em três condomínios diferentes, localizados em três municípios distintos. O Grand Resort Pampulha (Belo Horizonte) e o Conjunto Habitacional Santa Clara (Contagem) são os mais representados, com seis e cinco entrevistados, respectivamente. A maioria dos entrevistados reside em Belo Horizonte (6) e Contagem (5), com dois casos em Carmo do Cajurú e dois não aplicáveis por serem prestadores de serviços não residentes. Os códigos atribuídos aos participantes seguem a seguinte lógica: “E-01” indica os dados coletados do primeiro entrevistado, e assim por diante, até o entrevistado “E-15”. Essa codificação permite uma análise sistemática dos dados, mantendo a confidencialidade dos participantes.

Foi aplicada a técnica de elicitación de vídeo ou vídeo-elicitación (Harper, 2002; SRE’snewsy, Veloso, Ikeda, & Rocha, 2018), uma abordagem metodológica empregada para estimular reflexões e respostas dos participantes por meio da apresentação de material visual antes de perguntas formais, e esta revelou resultados significativos nesta pesquisa e, por vezes, inesperados. Inicialmente, alguns participantes demonstraram indiferença ao assistir ao vídeo, afirmando, categoricamente, que não havia práticas de Economia Compartilhada em seus condomínios. Entretanto, após a segunda ou terceira pergunta do Roteiro de Entrevista, começaram a perceber e considerar as práticas de compartilhamento presentes em seus locais de residência, sugerindo que o vídeo, embora não tenha provocado uma ocorrência imediata, pode ter plantado sementes de reflexão que floresceram ao longo da entrevista. Dos participantes, dois fizeram referência direta ao vídeo durante a entrevista (E-05 e E-06),

demonstrando que o material visual teve impacto em suas respostas. Os resultados obtidos confirmam a eficácia da vídeo-elicitação em proporcionar um ambiente reflexivo e em potencializar a percepção de fenômenos sociais, como as práticas da Economia Compartilhada.

Tabela 1, intitulada "Categorias derivadas do Mapeamento e Caracterização das Práticas nos Condomínios". Estruturada em quatro colunas, essa Tabela apresenta uma Categoria Principal, 5 Categorias Secundárias, 22 Categorias Terciárias e as Características e Descrições de cada prática. A Categoria Principal é "Práticas e Características da Economia Compartilhada nos Condomínios", enquanto as Categorias Secundárias detalham áreas específicas como Mobilidade, Compartilhamento de Espaços, Bens, Informações e Serviços. Cada Categoria Secundária é subdividida em Categorias Terciárias que especificam as práticas individuais, como bicicletas compartilhadas ou espaços de coworking. A coluna de Características e Descrição fornece detalhes adicionais sobre cada prática, elucidando como elas são implementadas, desde o aluguel de imóveis por temporada até o compartilhamento de serviços para animais de estimação. A Tabela 1 apresenta o mapeamento dessas práticas em termos de presença e frequência nos diferentes condomínios investigados,

Tabela 1

Categorias derivadas do Mapeamento e Caracterização das Práticas nos Condomínios

Categoria Principal	Categoria Secundária	Categoria Terciária	Características e Descrição		
Práticas e Características da Economia Compartilhada nos Condomínios	Mobilidade	Bicicletas compartilhadas	Bicicletas disponíveis por agendamento		
		Carros Compartilhado	Carros elétricos ou a combustão disponível por agendamento		
		Carregador veicular	Estação de recarga para carros elétricos ou carregador de veículo compartilhado		
		Estacionamento ou garagem	Vagas de estacionamento ou garagem		
		Embarcações Compartilhadas	Lancha, barcos, iates, <i>jet-skis</i> , caiaque e outros		
		Garagem Náutica ou Marina	Garagem para embarcações em geral		
		Heliporto	Aeródromo destinado exclusivamente a operações de helicópteros		
		Espaços de Lazer	Compartilhamento de Espaços	Espaços de Lazer	Piscinas para adultos e crianças, deck molhado, prainha, <i>solarium</i> , gazebo, sauna, quadra, playground, brinquedoteca, redário, praça de jogos, pista de caminhada, espaço piquenique, bosque
				Espaços de Trabalho	<i>Coworking</i>
				Espaços para Eventos	Espaço gourmet, churrasqueiras, salões de festas
	Espaço Bem-estar			Espaço massagem, espaço mulher, academia interna e externa.	
	Espaço Pet			Espaço <i>e pet care</i> - cuidados com animais de estimação (banho e pequenos atendimentos veterinários), playground para pets	
	Espaço Oficina			Oficina compartilhada com ferramentas	
	Aluguel de imóveis por temporada			Aluguel de imóveis ou cômodos por aplicativo (<i>Airbnb</i> , <i>Booking</i> , Alugue Temporada, etc.)	
	Bens de Uso Recorrente			Utensílios domésticos, eletrodomésticos, "xícara de açúcar", equipamentos esportivos	

Categoria Principal	Categoria Secundária	Categoria Terciária	Características e Descrição
Compartilhamento de Bens		Bens de Uso Ocasional	Ferramentas e utensílios para carros
		Grupos de Informações	Grupos em Aplicativos exclusivos para informações, comunicados e avisos entre administração e moradores
		Interações	Grupos de pessoas interessadas em organizar festas no condomínio
Compartilhamento de Informações		Grupos Temáticos: Prática de Esportes, formação de times	Grupos de pessoas interessadas em jogar futebol, tênis e vôlei ou pessoas interessadas em fazer yoga, hidroginástica, etc.
		Cuidados à Saúde e Ajuda Mútua	Grupos ou compartilhamento em outros grupos temáticos de empréstimo de materiais hospitalares - muletas, cadeira de rodas e cadeira de banho, trabalho voluntário
Compartilhamento de Serviços		Serviços para animais de estimação	Compartilhamento de atendimentos veterinários, de banho e tosa realizados por terceiros no condomínio
		Grupo de Desapego	Grupos de venda, troca de produtos novos ou anúncio de mão de obra

Na categoria de mobilidade, de acordo com a Tabela 1, destacam-se iniciativas como o uso compartilhado de bicicletas e vagas de garagem rotativas, bem como o incentivo ao transporte solidário entre moradores. No campo do compartilhamento de espaços, evidenciaram-se salas de coworking, hortas comunitárias e lavanderias coletivas. O compartilhamento de bens inclui ferramentas, equipamentos esportivos e utensílios domésticos, geralmente organizados por meio de armários comunitários ou plataformas digitais internas. Quanto à troca de informações, foram observadas redes de comunicação via aplicativos de mensagens, murais colaborativos e sistemas de aviso para compartilhamento de oportunidades. Por fim, na categoria de serviços, os mais comuns foram o revezamento de cuidados com animais de estimação, grupos de carona para escolas e feiras de trocas organizadas por moradores.

De acordo com a Tabela 1, a categoria secundária Mobilidade engloba diversos aspectos de transporte compartilhado, incluindo bicicletas, carros, embarcações, sistemas de carregamento veicular, estacionamentos e até heliporto. Dois exemplos de falas que embasaram a criação dessa categoria foram de E-02. “(...) o que eu mais observei lá foi a questão das bicicletas compartilhadas, é algo que os moradores usam muito, muito mesmo, tanto é que elas sempre estão em manutenção, e isso foi muito bom, até pra mim foi uma surpresa, porque lá (embaixo) tem essa área de compartilhamento das bicicletas, então você entra num aplicativo, faz a reserva da sua bicicleta, coloca lá o dia e o horário que ela vai estar com você, e uma pessoa do condomínio te acompanha pra você fazer a retirada da bicicleta, sabe? [sic] (E-02)”. A implementação de práticas de mobilidade compartilhada em condomínios reflete uma tendência global de busca por soluções mais sustentáveis e eficientes para o transporte urbano. Botsman e Rogers (2011) argumentam que a Economia Compartilhada está transformando a forma como as pessoas se relacionam com a propriedade e o consumo, incluindo os meios de transporte.

No Compartilhamento de Espaços, a Tabela 1 destaca a variedade de ambientes disponíveis para uso comum. Desde o aluguel de imóveis por temporada até espaços dedicados ao lazer, trabalho e eventos, os condomínios oferecem uma infraestrutura robusta que promove interação

social e bem-estar. Espaços como academias internas e externas, áreas para pets e oficinas compartilhadas exemplificam o compromisso com a saúde, o conforto e o desenvolvimento pessoal dos residentes. “Assim, tem os espaços comuns do condomínio, né? É piscina, quadra, academia, tudo é compartilhado. Sauna. Sauna, tudo é compartilhado. O coworking é compartilhado, que é o local para a gente trabalhar. O espaço para fazer uma massagem, fazer uma acupuntura. Esses espaços todos são compartilhados[sic] (E-10)”. O compartilhamento de espaços em condomínios representa uma evolução significativa na forma como as pessoas vivem e interagem em ambientes residenciais. Botsman e Rogers (2011) argumentam que essas práticas não apenas otimizam o uso de recursos, mas também fortalecem os laços comunitários.

A categoria secundária Compartilhamento de Bens, apresentada na Tabela 1, está dividindo os bens entre aqueles de uso recorrente e os de uso ocasional, demonstrando uma organização pragmática dos recursos compartilháveis. Essa categoria enfatiza a praticidade do uso coletivo de utensílios domésticos e equipamentos esportivos. Essa prática não apenas otimiza recursos, mas também fortalece laços comunitários ao incentivar a troca e o empréstimo entre vizinhos, como demonstra E-04 em sua fala: “A gente tem o grupo de WhatsApp para troca e vendas de itens. Aqui, quando alguém precisa de uma ferramenta, sempre aparece alguém disposto a emprestar[sic] (E-04)”. Essa dinâmica evidencia o papel das redes sociais informais na construção de relações comerciais e na disseminação de informações úteis entre os participantes. A motivação para participar dessas práticas, muitas vezes, está ligada ao desejo de fortalecer laços sociais e melhorar a qualidade de vida no ambiente residencial (Mann et al., 2021).

Como evidenciado na Tabela 1, o Compartilhamento de Informações, categoria secundária que abrange grupos de informações, interações entre moradores e grupos temáticos específicos, incluindo iniciativas voltadas para saúde e ajuda mútua. A entrevistada E-02 descreve alguns dos grupos temáticos de WhatsApp existentes no Grand Resort Pampulha e uma das Síndicas do Condomínio Conjunto Habitacional Santa Clara, E-03: (...) Aí, o que que eles fizeram? Setorizar. Vão criar o grupo pet. Aí, põe quem tem pet neste grupo. Vamos criar um grupo de prestadores de serviço. Aí, tem o grupo dos prestadores de serviço. Tem o grupo do desapego. Então, assim, se você quer vender qualquer coisa sua, do apartamento ou não, tem tênis, óculos, tudo que você puder imaginar. Brincos. Desapego, é. Mas, e fizeram outro grupo, que aí era o grupo de recados oficiais [sic] (E-02)”. “Tem um grupo geral, dos 42 blocos, né? Aí entra todo mundo que quiser participar. E aí o pessoal, é mesmo um meio de comunicação mesmo [sic] (E-03)”.

Compartilhamento de Serviços, a última categoria secundária apresentada na Tabela 13 foca em serviços específicos, como atendimentos para animais de estimação e grupos de desapego. Essas iniciativas não apenas melhoram a qualidade de vida dos moradores, mas também reforçam um senso coletivo de responsabilidade e apoio mútuo, como na fala de E-07: Sim, sim, tem o grupo, né? O grupo que a gente troca ideias e desfaz as coisas, desapego, indica. Às vezes um profissional, né, igual eu tava precisando de um montador de imóveis, aí me indicaram um e eu tô com ele até hoje[sic] (E-07). O entrevistado E-07 destaca a funcionalidade desse grupo para compartilhamento de itens em desuso, sugerindo uma prática do consumo colaborativo. Além disso, o grupo é utilizado para indicações de serviços profissionais, como exemplificado pela menção à recomendação de um montador de móveis, que resultou em uma relação de trabalho duradoura.

Essa análise das categorias secundárias junto a seus exemplos e características, revela a diversidade e a profundidade das práticas de Economia Compartilhada nos condomínios

estudados. Observa-se que essas práticas abrangem uma ampla gama de aspectos da vida condominial e das práticas de Economia Compartilhada, desde a mobilidade e o uso de espaços comuns até o compartilhamento de bens, informações e serviços especializados.

A variedade de exemplos e características têm o intuito de demonstrar como essas práticas estão integradas na vida cotidiana dos moradores, promovendo não apenas eficiência no uso de recursos naturais e financeiros, mas também fortalecendo laços comunitários e melhorando a qualidade de vida – características que integram os princípios da Economia Compartilhada.

As motivações que impulsionam a adesão às práticas de Economia Compartilhada são diversas. A economia financeira foi mencionada como o principal fator por 7 dos respondentes, seguida pela conveniência e facilidade de acesso a bens (6 dos respondentes) e pela oportunidade de interação social e fortalecimento do senso de comunidade (5 dos respondentes). Esse dado revela que, embora os aspectos materiais sejam predominantes, aspectos intangíveis como pertencimento e reciprocidade também desempenham papel relevante.

A economia de recursos foi unanimemente mencionada pelos entrevistados como motivação central. Trata-se da busca pela redução de gastos individuais por meio do uso coletivo de bens e serviços: “Esses espaços todos são compartilhados. Se fosse para eu ter uma casa com tudo isso, ficaria muito caro, inviável, completamente inviável de ter. Mas num condomínio grande como a gente está, aí fica uma situação que a gente consegue pagar, né? Porque está dividido para muitas pessoas. Está dividido para 352 pessoas [sic] (E-10)”. “Acredito que a palavra economia é realmente a palavra-chave aqui. Eu acho que o mais importante é a Economia Compartilhada, é a ideia de que ao invés de você ter que comprar alguma coisa, que talvez você não espere usar com muita frequência, você pode pagar mais barato e dividir isso com as outras pessoas [sic] (E-15).”

Outras motivações forma: conveniência e a acessibilidade mencionadas na maioria das entrevistas; o fortalecimento dos laços comunitários também se destacou, evidenciando o papel social do compartilhamento. De maneira geral, as motivações para o compartilhamento nos condomínios são predominantemente práticas e econômicas, com ênfase na economia de recursos, conveniência e otimização do espaço. Aspectos comunitários e ambientais, embora presentes, aparecem como fatores secundários. Esses resultados indicam que estratégias de promoção da economia compartilhada devem focar nos benefícios tangíveis e imediatos, ao mesmo tempo em que buscam ampliar a conscientização sobre as vantagens sociais e ambientais dessas práticas.

O uso de tecnologias aparece como um facilitador importante para as práticas de Economia Compartilhada, com alta intensidade. Com unanimidade entre os entrevistados, apresenta frequência máxima de 14 menções e demonstra intensidade alta nas menções dos entrevistados. Isso indica forte penetração e aceitação como ferramenta de comunicação principal

O entrevistado E-08 descreve um sistema de compartilhamento de veículos elétricos disponível para os moradores do condomínio. O relato indica a existência de uma infraestrutura tecnológica para acessar esses veículos, que utiliza tags (etiquetas eletrônicas) com códigos QR utilizados no Condomínio Grand Resort Pampulha. Esse sistema sugere um processo de autenticação e desbloqueio dos veículos baseado em tecnologia digital, permitindo que os condôminos utilizem os carros elétricos de forma prática e controlada, ele comenta: É para uso dos condôminos. “(...) É, você tem a tagzinha, né? É com QR Code e tal. Você passa[sic] (E-08)”. A fala de E-08 é sobre o uso de tecnologias sustentáveis referindo-se à reserva de veículos

elétricos. A implementação desse serviço reflete uma tendência de adoção de soluções de mobilidade sustentável e compartilhada em ambientes residenciais, integrando tecnologias para facilitar o acesso e uso dos recursos comuns.

O uso de aplicativos fundamenta um ecossistema tecnológico diversificado e especializado, voltado para a facilitação de práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios. O Bydoor e o Condomob são plataformas especificamente projetadas para a gestão condominial e a comunicação entre moradores. Ambas são classificadas como 130 ferramentas de Economia Compartilhada, indicando seu papel na otimização de recursos e facilitação de interações comunitárias. O Bydoor (<https://bydoor.com.br/>) foca na gestão condominial e comunicação, enquanto o Condomob (<https://condomob.net/>) expande essa funcionalidade para incluir a administração de condomínios. Essas plataformas parecem ser fundamentais para a organização e eficiência das práticas colaborativas nos condomínios.

A resistência às práticas de compartilhamento aparece como um dos principais desafios enfrentados nos condomínios, especialmente quando envolve mudanças nos modelos tradicionais de convivência e consumo. Essa resistência é evidenciada nas falas: “A gente tem dois no Airbnb, mas a gente tá com um processo de retirada. A gente não concorda” (E-09) e “A maioria dos moradores aqui não gostam da ideia do Airbnb. Hoje aqui não é proibido o Airbnb, mas também não é incentivado” (E-11). Tais posicionamentos refletem preocupações com privacidade, segurança e mudanças nos hábitos estabelecidos, além de relutância em aceitar novas formas de uso coletivo dos espaços residenciais.

Outro desafio recorrente refere-se à gestão e manutenção dos recursos compartilhados, que demanda organização e responsabilidade coletiva. Como relatam os entrevistados: “Acho que as dificuldades são porque você conseguir organizar cada vez melhor e arrumar disponibilidade pra todos, sempre assim, sabe? Porque são diversas pessoas, são pessoas de diversos tipos de opiniões e tudo mais” (E-01) e “Quanto mais coisas a gente colocar de compartilhamento, é mais serviço e mais mão de obra que a gente vai ter que colocar para esse compartilhamento, para gerenciar” (E-11). Além disso, o uso inadequado ou abusivo dos recursos é uma preocupação constante: “(...) já vimos mais uma vez a bicicleta aparecer quebrada depois de um período muito curto de tempo” (E-08) e “Eu compartilho uma bicicleta. Essa bicicleta, em um mês, ela já me dá problema, tá? Então, ou seja, nós estamos compartilhando e tá tendo mau uso” (E-11), indicando a necessidade de conscientização e regulamentação mais rigorosa.

Por fim, a adaptação à tecnologia e à infraestrutura também se apresenta como barreira, especialmente entre os moradores mais idosos. “Então, eu acho que, querendo ou não, o pessoal mais velho tem uma dificuldade, assim, em questões tecnológicas, mas eles acabam se adaptando e tudo mais também aderindo, né?” (E-01). Além disso, limitações na infraestrutura dificultam a implementação de soluções inovadoras: “Então, hoje, os condomínios estão procurando implantar a recarga elétrica. A sorte é que o nosso já tem isso, já foi planejado. Outros estão com esse desafio de implantar, porque não tem carga.” (E-11). Essas falas demonstram que, embora a Economia Compartilhada seja vista de forma positiva, sua consolidação depende de estratégias de inclusão, gestão eficiente e adequação estrutural.

4.1 Reflexões sobre a análise dos dados

A análise dos três condomínios estudados revela que a economia compartilhada se manifesta de formas distintas, influenciada pelo perfil demográfico, infraestrutura disponível e grau de adesão às práticas colaborativas. O Grand Resort Pampulha destaca-se pela maior diversidade e intensidade de práticas compartilhadas, sobretudo em mobilidade e gestão de espaços,

contando com comissões de TI, Marketing e Engenharia que inovam na administração condominial e no uso de aplicativos para reservas e controle de espaços. O Conjunto Habitacional Santa Clara, por sua vez, apresenta menor variedade de práticas, com destaque para o compartilhamento informal de bens e grupos de ajuda mútua, enquanto o Balneário Solar do Lago, ainda em fase de ocupação e construção, enfatiza atividades ligadas ao lazer aquático e à construção civil, refletindo seu estágio de desenvolvimento.

Espaços de lazer e grupos de informação são categorias presentes uniformemente nos três condomínios, sugerindo que são práticas fundamentais e facilmente implementáveis em contextos residenciais diversos. A intensidade das práticas de compartilhamento, contudo, varia conforme a infraestrutura e o engajamento dos moradores. O fortalecimento dos laços comunitários e a melhoria da qualidade de vida são reconhecidos pelos entrevistados, embora haja divergências quanto à percepção e reconhecimento formal das práticas de Consumo Colaborativo, como exemplificado pela fala: “(...) não tem não, o único, o único grupo que a gente tem aqui é esse mesmo que eu falei pra você, que são só pra questões administrativas” (E-06).

A discussão desses resultados indica que, apesar dos desafios, existe um potencial significativo para expansão das práticas de Economia Compartilhada nos condomínios urbanos, sobretudo quando acompanhadas de iniciativas de educação cidadã, inovação em gestão condominial e apoio de políticas públicas locais. A articulação entre tecnologia, confiança social e planejamento coletivo revela-se como condição essencial para a sustentabilidade dessas iniciativas no longo prazo.

5. Considerações Finais

Este estudo buscou compreender como se manifestam as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios urbanos, bem como identificar as motivações que levam os moradores a adotá-las e os desafios enfrentados em sua implementação. A partir da categorização empírica das práticas mapeadas – mobilidade, compartilhamento de espaços, bens, informações e serviços – foi possível constatar a diversidade e a riqueza das formas de colaboração presentes nesses espaços residenciais.

Entre as principais práticas observadas, destacam-se o uso compartilhado de bicicletas e vagas de garagem, a gestão coletiva de salas de coworking e hortas comunitárias, o empréstimo de ferramentas e utensílios domésticos, a organização de redes de troca de informações por meio digital e a prestação mútua de pequenos serviços entre moradores. Tais práticas evidenciam um movimento crescente de ressignificação da vida em condomínio, pautado pela interdependência e pelo uso racional dos recursos.

Os fatores que impulsionam a adesão a essas iniciativas incluem, principalmente, a busca por economia financeira, a conveniência no acesso a bens e serviços e o desejo de fortalecer os laços sociais. No entanto, desafios significativos ainda persistem, como a resistência cultural ao uso coletivo, a ausência de estruturas de governança adequadas e o uso indevido ou desregrado dos recursos compartilhados.

Esses achados têm implicações importantes para a gestão condominial, que passa a demandar novas competências voltadas à mediação de conflitos, à organização de processos participativos e ao uso de tecnologias que facilitem a coordenação de iniciativas colaborativas. A promoção

de assembleias deliberativas, a criação de regras claras para o uso dos recursos e o incentivo à corresponsabilidade dos moradores tornam-se estratégias centrais.

Conclui-se que a Economia Compartilhada, no contexto dos condomínios urbanos, representa não apenas uma forma inovadora de otimização de recursos, mas também uma oportunidade concreta para o fortalecimento de comunidades mais colaborativas, sustentáveis e socialmente coesas. Para que esse potencial se realize plenamente, é necessário investir em ações educativas, políticas públicas de incentivo e estruturas institucionais que promovam o bem comum como fundamento da gestão condominial e da vida coletiva.

Este estudo contribui, portanto, para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas de colaboração em contextos urbanos fechados e reforça a relevância de iniciativas que valorizem o compartilhamento, a sustentabilidade e a solidariedade como eixos centrais da convivência urbana.

Este estudo buscou compreender como se manifestam as práticas de Economia Compartilhada em condomínios urbanos, bem como identificar as motivações que levam os moradores a adotá-las e os desafios enfrentados em sua implementação. A partir da categorização empírica das práticas mapeadas – mobilidade, compartilhamento de espaços, bens, informações e serviços – foi possível constatar a diversidade e a riqueza das formas de colaboração presentes nesses espaços residenciais.

Verificou-se que as motivações para o engajamento nessas práticas vão além da dimensão econômica, envolvendo também aspectos relacionais e práticos, como a conveniência no acesso a recursos e a promoção de vínculos sociais entre moradores. Tais resultados evidenciam o potencial transformador da Economia Compartilhada enquanto mecanismo de ressignificação da vida em comum e de fortalecimento do capital social.

O estudo sobre Economia Compartilhada em condomínios fechados de Belo Horizonte revelou que essas comunidades residenciais têm adotado uma ampla gama de práticas colaborativas, potencializadas pelo avanço tecnológico. Entre as principais iniciativas identificadas estão o compartilhamento de bicicletas, carros elétricos, espaços de lazer, coworking, materiais e serviços, muitas vezes organizados por meio de aplicativos específicos e grupos digitais como o WhatsApp. Essas práticas são motivadas principalmente pela busca de economia de recursos, conveniência, otimização do espaço e fortalecimento dos laços comunitários, além de contribuir para a sustentabilidade ambiental.

A tecnologia desempenha papel central na viabilização e gestão das práticas de Economia Compartilhada nos condomínios. Aplicativos como Bydoor e Condomob facilitam o agendamento, a reserva e o controle do uso de espaços e recursos, além de promoverem maior transparência e eficiência administrativa. Grupos digitais, especialmente no WhatsApp, são fundamentais para a comunicação, organização de trocas, divulgação de informações e fortalecimento do senso de comunidade. Condomínios que investem em infraestrutura tecnológica e em soluções digitais tendem a apresentar maior diversidade e intensidade nas práticas colaborativas, além de inovar na gestão e ampliar o engajamento dos moradores.

Apesar dos benefícios, o estudo identificou desafios relevantes, como a resistência à adoção de novas tecnologias, dificuldades na gestão e manutenção dos recursos compartilhados e o uso inadequado ou abusivo dos bens comuns. A inclusão digital, principalmente de moradores mais idosos, e o desenvolvimento de sistemas de gestão eficientes são essenciais para a sustentabilidade dessas iniciativas. A experiência dos condomínios analisados indica que a

integração entre tecnologia, colaboração e gestão participativa é fundamental para o sucesso e expansão das práticas de Economia Compartilhada em ambientes residenciais, promovendo comunidades mais eficientes, colaborativas e sustentáveis.

Por outro lado, a pesquisa evidenciou a existência de obstáculos relevantes à consolidação dessas práticas, tais como a resistência cultural ao uso coletivo de bens, a carência de mecanismos adequados de gestão e o uso inadequado de recursos compartilhados. Esses entraves apontam para a necessidade de um suporte institucional mais robusto, seja na forma de políticas públicas de fomento à inovação social em habitação urbana, seja por meio da adoção de instrumentos de governança colaborativa nos próprios condomínios.

Conclui-se que a Economia Compartilhada, aplicada ao contexto condominial, representa não apenas uma estratégia de otimização de recursos, mas também uma via promissora para o desenvolvimento de comunidades mais integradas, resilientes e sustentáveis. Contudo, para que esse potencial se realize plenamente, é fundamental investir na criação de ambientes de confiança, na mediação tecnológica eficiente e em processos formativos voltados à cultura do compartilhamento.

Este estudo contribui, portanto, para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas de colaboração em contextos urbanos fechados e reforça a relevância de iniciativas que valorizem o bem comum como elemento estruturante da convivência e da gestão coletiva.

Referências

- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Edições 70.
- Bardhi, F., & Eckhardt, G. M. (2012). Access-based consumption: The case of car sharing. *Journal of Consumer Research*, 39(4), 881-898. <https://doi.org/10.1086/666376>
- Belk, R. W., Das, G., & Jain, S. P. (2023). The ubiquity of scarcity. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 51(6), 1191-1196. <https://doi.org/10.1007/s11747-023-00935-5>
- Belk, R. (2016). Accept no substitutes: A reply to Arnould and Rose. *Marketing Theory*, 16(1), 143-149. <https://doi.org/10.1177/1470593115622720>
- Belk, R. (2014). Sharing versus pseudo-sharing in Web 2.0. *The Anthropologist*, 18(1), 7-23. <https://doi.org/10.1080/09720073.2014.11891518>
- Belk, R. (2014). You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online. *Journal of Business Research*, 67(8), 1595-1600. <https://doi.org/10.1016/j.jbuSRE's.2013.10.001>
- Botsman, R., & Rogers, R. (2011). *O que é meu é cada vez mais seu: A ascensão da economia colaborativa* (R. Sardenberg, Trad.). Bookman.
- Botsman, R., & Rogers, R. (2010). *What's mine is yours: The rise of collaborative consumption*. HarperCollins.

- Fitzmaurice, C. J., Ladegaard, I., Attwood-Charles, W., Cansoy, M., Carfagna, L. B., Schor, J. B., & Wengronowitz, R. (2020). Domesticating the market: Moral exchange and the *sharing economy*. *Socio-Economic Review*, 18(1), 81-102. <https://doi.org/10.1093/ser/mwy009>
- Frenken, K., & Schor, J. (2019). Putting the *sharing economy* into perspective. In *A research agenda for sustainable consumption governance* (pp. 121-135). Edward Elgar Publishing.
- Gansky, L. (2010). *The mesh: Why the future of business is sharing*. Penguin.
- Kumar, V., Lahiri, A., & Dogan, O. B. (2018). A strategic framework for a profitable business model in the *sharing economy*. *Industrial Marketing Management*, 69, 147-160. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2017.08.021>
- Mann, F. C. F., Silva, A. L. L., Santos, J. R., & Costa, M. F. (2021). Economia compartilhada e consumo colaborativo no Brasil: Análise das motivações e características dos seus participantes. In *Anais do XLI Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. ABEPRO. https://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_362_1872_42503.pdf
- Patiño Rodríguez, D., Gómez-Álvarez Díaz, R., & Plaza-Angulo, J. J. (2017). Caracterización económica y cuantificación de la economía colaborativa. *Economía Colaborativa y Trabajo en Plataforma: Realidades y Desafíos*, 50-71.
- Reato, T. T. (2023). Consumo verde e economia compartilhada como tendências renovadoras das relações socioambientais. *Revista ESMAT*, 15(25), 295-308. <https://doi.org/10.34060/reesmat.v15i25.648>
- Schlagwein, D. et al. (2020). "The sharing economy: taxonomy and business model framework." *Journal of Business Research*, v. 108, p. 254–266, 2020.
- Schmidt, M. (2023) Colaboração e sustentabilidade em espaços urbanos: desafios e oportunidades. *Cadernos de Gestão Social*, v. 14, n. 2, p. 25-44.
- Schor, J. (2016) Debating the Sharing Economy. *Journal of Self-Governance and Management Economics*, v. 4, n. 3, p. 7-22.
- SRE's newsky, K. B. G. B., Veloso, A. R., Ikeda, A. A., & Rocha, R. R. (2018). O uso da foto-elicitação nas pesquisas em *Marketing*. *Revista Brasileira de Marketing*, 17(6), 839-848. <https://doi.org/10.5585/remark.v17i6.3749>
- Sundararajan, A. (2016) *The sharing economy: The end of employment and the rise of crowd-based capitalism*. MIT Press.
- Viana, L. C., & Cunha, C. F. (2024). Plataformas peer-to-peer na economia compartilhada: Status atual e agenda de pesquisa futura. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 16(1), 1-25. <https://doi.org/10.24023/FutureJournal/2175-5825/2024.v16i1.682>

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em Condomínios

- Introdução e Contextualização da Pesquisa.
- Normas para a participação na pesquisa. Apresentação do TCLE.
- Exibição do Vídeo Economia colaborativa.

Após assistir a esse vídeo seguirá a entrevista sobre Economia Compartilhada ou Colaborativa e Consumo Colaborativo. Na minha pesquisa, para efeito de entrevista, estou considerando como sinônimos todas essas práticas de Economia Compartilhada e Colaborativa assim como de Consumo Colaborativo.

- Pergunta “Quebra Gelo”: Antes de falar sobre o tema, gostaria que você me contasse quem é (nome do entrevistado)? Me conte o que faz, se é casado(a), se tem filhos(as), sua idade, onde trabalha ou estuda, seu grau de escolaridade e o que mais quiser falar sobre você.
- Quais práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo já estão implementadas nos condomínios?
- Quais são os fatores que influenciam a adoção das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nos condomínios?
- Como essas práticas estão sendo organizadas e gerenciadas?
- Qual o perfil dos condôminos que mais utilizam as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo?
- Como as práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo estão impactando a vida dos condôminos e a dinâmica dos condomínios?
- Quais são as características específicas da implementação das práticas de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados?
- Quais são os principais benefícios e desafios da implementação dessas práticas nos condomínios?
- Quais características diferenciam a implementação de modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em condomínios fechados em relação a outros tipos de habitação?
- Que estratégias podem ser utilizadas para superar os desafios da implementação e desses modelos de economia e consumo em condomínios fechados?
- De que forma os condomínios estimulam a cultura da Economia Compartilhada e do Consumo Colaborativo entre os servidores?
- Como o sucesso da implementação dos modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo nas nos condomínios pode ser medido?
- Quais exemplos de boas práticas podem ser utilizados como referência para a implementação de modelos de Economia Compartilhada e Consumo Colaborativo em outros locais, como em Escolas Públicas, por exemplo?

Os autores agradecem à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio do Projeto Trilhas de Futuro Educadores, pelo apoio para a realização da pesquisa.